



Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e do Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020.



Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e do Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020

Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

QUADRO I - Balanço patrimonial

QUADRO II - Demonstração do resultado

QUADRO III - Demonstração do resultado abrangente

QUADRO IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da administração

A Credifit iniciou suas atividades em 04 de novembro de 2020 com um propósito de oferecer uma nova experiência na oferta de crédito ao mercado, especialmente no segmento de crédito consignado privado.

A tecnologia e a inovação estão mudando a forma como as pessoas se relacionam com as empresas. No segmento bancário, as “fintechs” têm sido responsáveis por movimentos disruptivos, seja na administração de finanças e acesso a crédito, seja em relação à gestão de ativos e realização de investimentos.

Obtivemos a autorização de funcionamento pelo BACEN em 28 de setembro de 2020, após 11 meses da protocolização do pleito, tendo realizado as primeiras operações no final de 2020, após a abertura da empresa e cumprimento de exigências do órgão regulador.

Na Credifit SCD, o ano de 2020 foi marcado por esforços intensos no desenvolvimento de nossa plataforma de negócios, que permitiram a realização de transações e testes. O processo de melhoria contínua faz parte da nossa cultura empresarial.

2021 foi marcado pela operação plena, ainda com uma estratégia comercial tímida, a fim de garantir o bom funcionamento dos processos e sistemas.

A consistência do plano de negócios e da cultura empresarial surtiu efeito no 1º semestre de 2021, meses em que a Credifit SCD realizou de forma consistente operações de crédito pessoa jurídica e consignado privado.

O 2º semestre de 2021 trouxe desafios adicionais na manutenção do resultado positivo, já que a Credifit reforçou seu quadro pessoal, além de sistemas de integração com o Banco Central, trazendo maior complexidade na estrutura de custos. Com austeridade e gestão financeira, o resultado no fechamento do exercício se manteve positivo, conforme planejado.

Acreditamos que os processos internos estão cada vez mais maduros, e conseguiremos escalar as operações no curto/médio prazo. Adicionalmente, novos produtos e funcionalidades ao usuário estão sendo desenvolvidos, de forma a melhorar a experiência e permitir o crescimento sustentável e lucrativo.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.
Salvador – BA**

Opinião.

Examinamos as demonstrações financeiras da Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as



demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 28 de março de 2022.

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA 9.031

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC-BA - 612



QUADRO I

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

A T I V O	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		1.649	1.643
DISPONIBILIDADES	3	1.354	1.643
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		245	-
Títulos e valores mobiliários	4	168	-
Operações de crédito	5	77	-
OUTROS ATIVOS		50	-
Outros créditos - Diversos	6	50	-
NÃO CIRCULANTE		133	-
IMOBILIZADO DE USO	2.c.3	10	-
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		11 (1)	- -
INTANGÍVEL	2.c.3	123	-
Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)		125 (2)	- -
TOTAL DO ATIVO		1.782	1.643

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO I (FL. 02)

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em milhares de reais

PASSIVO	NE	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE		127	15
OUTROS PASSIVOS		127	15
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	7.1	61	-
Sociais e estatutárias		11	-
Fiscais e previdenciárias	7.2	32	15
Diversas	7.3	23	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.655	1.628
Capital:	8.1	1.600	1.600
De Domiciliados no país		1.600	1.600
Reservas de lucros	8.2	55	28
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.782	1.643

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO II

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração do Resultado do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

		<u>2º Semestre</u>		<u>Exercícios</u>
	<u>NE</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>117</u>	<u>159</u>	<u>-</u>
Operações de crédito	9	112	152	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5	7	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>9</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		9	(1)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>126</u>	<u>158</u>	<u>-</u>
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		<u>(91)</u>	<u>(100)</u>	<u>37</u>
Receitas de prestação de serviços	10	132	309	20
Despesas de pessoal	11	(179)	(266)	(4)
Outras despesas administrativas	12	(306)	(776)	(10)
Despesas tributárias	13	(66)	(144)	(6)
Outras receitas operacionais	14	342	806	37
Outras despesas operacionais		(14)	(29)	-
RESULTADO OPERACIONAL		<u>35</u>	<u>58</u>	<u>37</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		<u>35</u>	<u>58</u>	<u>37</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	<u>(6)</u>	<u>(14)</u>	<u>(9)</u>
Provisão para imposto de renda		(4)	(9)	(6)
Provisão para contribuição Social		(2)	(5)	(3)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>29</u>	<u>44</u>	<u>28</u>
Nº de ações		1.600.000	1.600.000	1.600.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		0,018	0,028	0,018

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO III

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração do Resultado abrangente do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	29	44	28
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	29	44	28

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO IV

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	Reservas de lucros			Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Saldos em 04 de novembro de 2020	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.600	-	-	-	1.600
Lucro líquido do período	-	-	-	28	28
Constituição de reservas	-	2	26	(28)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.600	2	26	-	1.628
Dividendos intermediários	-	-	(6)	-	(6)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	44	44
Constituição de reservas	-	2	31	(33)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.600	4	51	-	1.655
Saldos em 01 de julho de 2021	1.600	2	20	15	1.637
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29	29
Constituição de reservas	-	2	31	(33)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.600	4	51	-	1.655

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO V

CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	29	44	28
Depreciação/Amortização	3	3	-
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(9)	1	-
Provisão de impostos no resultado	6	14	9,00
Resultado ajustado	29	62	37
Varição de Ativos e Obrigações	1.004	(209)	6
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	1.004	(245)	-
(Aumento) redução de outros ativos	1	(13)	-
Aumento (redução) em outros passivos	-	110	6
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1)	(61)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	1.033	(147)	43
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(5)	(11)	-
Intangível	(104)	(125)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(109)	(136)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	-	-	1.600
Dividendos/Lucros pagos	-	(6)	-
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento	-	(6)	1.600
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	924	(289)	1.643
Representado por:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	430	1.643	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.354	1.354	1.643
	924	(289)	1.643

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2021 e do Período de 04 de novembro de 2020
(data de início das operações) a 31 de dezembro
de 2020

1. Contexto Operacional

A Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 30 de setembro de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2020. A sociedade está sediada no município de Salvador, estado da Bahia, e foi registrada na Receita Federal do Brasil em 04 de novembro de 2020.

Tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a análise de crédito para terceiros; a cobrança de crédito de terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1).

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 28 de março de 2022.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens apresentados nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais – R\$ –, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.



b) Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de diversas estimativas contábeis e o julgamento da Administração, que afeta a aplicação das políticas contábeis e o valor reportado dos ativos, passivos, receita e despesas.

No caso específico destas demonstrações financeiras, o principal julgamento é quanto ao efetivo recebimento dos valores registrados na forma de operações de crédito.

Apesar dos esforços da administração de revisar de maneira periódica e tempestiva suas estimativas, a liquidação final de transações baseadas nessas estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos inicialmente apontados.

c) Descrição das práticas contábeis

c.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, e depósitos bancários. Sua composição é apresentada na nota explicativa nº 3.

c.2) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.



Operações de Crédito

As carteiras de créditos da Sociedade são em sua totalidade de operações de crédito, demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados nos contratos celebrados entre a Sociedade e os seus clientes, calculados pro rata dia até a data do balanço.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração atende, quando necessária, a regra exposta na Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, e suas alterações, do Banco Central do Brasil (BACEN), onde determina os ratings dos contratos e as metodologias de reconhecimento de provisão para perda.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Sociedade, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 dias vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

Todas as provisões de créditos são fundamentadas pela avaliação de risco realizada pela Administração em conformidade com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

c.3) Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado de uso - É demonstrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa anual de 20% para sistema de processamento de dados; e, 10% para as demais contas.

Intangível - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. Está representado por Software, amortizado à taxa anual de 20%.

c.4) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Companhia.

c.5) Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência



c.6) Receitas, despesas operacionais e custos financeiros

Receitas: A Sociedade reconhece, as seguintes receitas:

- Receitas de Intermediação Financeira – correspondentes aos juros cobrados nas operações de crédito ativas, rendimento de aplicações financeiras e valorização dos títulos para negociação; e
- Receitas Operacionais – correspondentes a Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC) e Outras Receitas Operacionais (vide nota explicativa 12);

Despesas Administrativas. As mais significativas são:

- Despesas com pessoal – salários e benefícios pagos a empregados. Todas as despesas são de curto prazo e não há despesas com incentivos de longo prazo. Despesas com pessoal são reconhecidas através de provisões;
- Despesas com processamento de dados – despesas com o parque tecnológico da Companhia;
- Despesas com Serviços de Terceiros – decorrentes da tomada de serviços de terceiros de diversas naturezas envolvidas na Administração e prestação do serviço; e
- Despesas tributárias – decorrentes do recolhimento de impostos diversos incidentes sobre a operação.

c.7) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Sociedade é optante pelo Regime de Tributação de Lucro Real, e neste segundo semestre, não constituiu ativos tributários diferidos decorrentes do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

c.8) Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disso, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve resultados não recorrentes.

3. Disponibilidades – Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moeda nacional		
Caixa Econômica Federal	-	1.453
Banco Santander S.A.	3	190
Banco Bradesco S.A.	48	-
Reservas Livres – S.T.R Banco Central	1.303	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.354	1.643



4. Instrumentos financeiros

4.1) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão classificados como “Títulos para Negociação”, conforme abaixo:

	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante					
Carteira própria		168	168	-	-
Invest Fácil Bradesco	Sem Vencimento	71	71	-	-
Cotas de Fundos Referenciado	Sem Vencimento	97	97	-	-
Total		168	168	-	-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidas rendas dos títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 7 (Em 31 de dezembro de 2020 não houve rendas).

4.2) Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

5. Instrumentos Financeiros – Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito:

	31/12/2021	
	Empréstimos	% da carteira
Pessoas Físicas/ Jurídicas	77	100,00%
Total	77	100,00%

b) Classificação das Operações de Crédito por Níveis de Risco em 31/12/2021:

Nível /	Percentual de Risco	Ativo Circulante		
		Empréstimos	Provisões	Total Líquido
AA	0,00%	-	-	-
A	0,50%	67	-	67
B	1,00%	9	-	9
C	3,00%	-	-	-
D	10,00%	1	-	1
E	30,00%	-	-	-
F	50,00%	-	-	-
G	70,00%	-	-	-
H	100,00%	-	-	-
Total Geral		77	-	77



6. Outros Ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Diversos		
Impostos e contribuições a compensar	38	-
Adiantamentos e antecipações salariais	3	-
Devedores diversos País	9	-
Total	50	-

7. Outros passivos

7.1) Cobrança, arrecadação de Tributos e assemelhados

	31/12/2021	31/12/2020
IOF a recolher	61	-
Total	61	-

7.2) Fiscais e previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a recolher sobre lucros	-	6
CSLL a recolher sobre lucros	-	3
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	-
Impostos e contribuições sobre salários	9	1
Cofins a recolher	15	3
Pis a recolher	3	1
ISS a recolher	3	1
Total	32	15

7.3) Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de pessoal	8	-
Outras despesas administrativas	6	-
Outros pagamentos	4	-
Credores diversos País	5	-
Total	23	-

8. Patrimônio líquido

8.1) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.600, e está representado por 1.600.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

A Sociedade foi constituída com capital social de R\$ 1.600, atendendo aos limites de capital mínimo exigidos pelo Bacen.



8.2) Destinações do lucro

O estatuto social determina que do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.
- b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 25%.
- c) O saldo, se houver, após as deduções acima serão destinados à reservas estatutárias, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: (i) absorção do prejuízo, sempre que necessário; (ii) distribuição de dividendos a qualquer momento; (iii) aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 foi destinado o saldo de lucros acumulados para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 11; para reserva legal no montante de R\$ 2 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2020); e, para reservas especiais de lucros o montante de R\$ 31 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2020).

9. Receitas da intermediação financeira

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	112	152	-
	112	152	-

As rendas de operações de crédito correspondem aos juros cobrados nas operações de crédito efetuadas pela Sociedade.

10. Receitas de Prestação de serviços

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
Tarifa com Abertura de Crédito – TAC	132	309	20
	132	309	20

A receita de prestação de serviço, refere-se a tarifas de abertura de crédito que correspondem ao valor único cobrado pela Sociedade na abertura de uma operação de crédito.

11. Despesa de Pessoal

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
Honorários da Diretoria	(11)	(11)	-
Proventos	(115)	(180)	(2)
Benefícios	(16)	(19)	(1)
Encargos sociais	(35)	(51)	(1)
Treinamentos	(2)	(5)	-
	(179)	(266)	(4)



12. Outras despesas Administrativas

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
Com processamento de dados	(144)	(295)	(4)
Com serviços técnicos especializados	(129)	(424)	(5)
Serviços do sistema financeiro	(7)	(9)	-
Outras despesas administrativas	(26)	(48)	(1)
	(306)	(776)	(10)

As despesas com serviços técnicos especializados e com processamento de dados, correspondem a prestadores diversos necessários para a prestação do serviço e administração da Sociedade.

13. Despesa tributárias

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
ISS	(2)	(10)	(1)
COFINS	(41)	(91)	(3)
PIS	(8)	(20)	(1)
Outras despesas tributárias	(15)	(23)	(1)
	(66)	(144)	(6)

As despesas tributárias correspondem basicamente a tributos diretos incidentes sobre as receitas da atividade da Companhia.

14. Outras receitas operacionais

	2º-SEM-21	31/12/2021	31/12/2020
Lucros com operações de crédito	342	806	37
	342	806	37

15. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Demonstrativo do cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre lucros:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	58	58	37	37
Lucro Real	58	58	37	37
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	2	2	-	-
Perda estimada com créditos de liquida duvidosa	1	1	-	-
Base de Cálculo	61	61	37	37
Encargos de IR 15% e CS 9%	(9)	(5)	(6)	(3)
Despesas com IRPJ e CSLL correntes	(9)	(5)	(6)	(3)



16. Estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

17. Demanda judiciais

A Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Sociedade.

18. Outros assuntos – Pandemia gerada pela COVID-19

Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.

Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19.

* * *